

Vitreo Holding Financeira S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.			
CNPJ(ME) 37.623.566/0001-80			
Valores em milhares de Reais			

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM			
A T I V O	NE	31/12/21	31/12/20
ATIVO CIRCULANTE		<u>-</u>	<u>3.000</u>
OUTROS ATIVOS		<u>-</u>	<u>3.000</u>
Diversos	8	-	3.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>57.631</u>	<u>12.015</u>
INVESTIMENTOS		<u>57.631</u>	<u>12.015</u>
Participações em controladas	7	57.631	12.015
TOTAL DO ATIVO		57.631	15.015
P A S S I V O			
		31/12/21	31/12/20
PASSIVO CIRCULANTE		<u>77.206</u>	<u>18.000</u>
OUTRAS OBRIGAÇÕES		<u>77.206</u>	<u>18.000</u>
Partes relacionadas	8	77.206	18.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>(19.575)</u>	<u>(2.985)</u>
Capital social	10	22.000	22.000
Prejuízos acumulados		(41.575)	(24.985)
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.631	15.015

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vitreo Holding Financeira S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.			
Valores em milhares de Reais			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei 11.638)	NE	31/12/21	31/12/20
Despesas e Receitas Operacionais		(1.206)	-
Despesas administrativas		(50)	-
Despesas tributárias	9	(1.156)	-
Resultado antes de participações e tributos		(1.206)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	(15.384)	(24.985)
Resultado Líquido		(16.590)	(24.985)
Prejuízo do exercício		(16.590)	(24.985)
<u>Nº de Ações</u>		22.000.400	22.000.400
Lucro (prejuízo) por Ação:		(0,754)	(1,136)
A DIRETORIA		REINALDO DANTAS	
		Contador CRC-1SP 110330/O-6	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitreo Holding Financeira S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.

Valores em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

E V E N T O S	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
Saldos iniciais em 06/07/2020	-	-	-
Mutações no período	22.000	(24.985)	(2.985)
Aumento de capital	22.000	-	22.000
Prejuízo do exercício		(24.985)	(24.985)
Saldos finais em 31/12/20	22.000	(24.985)	(2.985)
Mutações do Período		(16.590)	(16.590)
Prejuízo do exercício		(16.590)	(16.590)
Saldos finais em 31/12/21	22.000	(41.575)	(19.575)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitreo Holding Financeira S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.		
	<small>Valores em milhares de Reais</small>	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/21	31/12/20
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(16.590)	(24.985)
Resultado equivalência patrimonial	15.384	24.985
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(1.206)	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		
	62.206	15.000
Aumento (diminuição) de outros ativos	3.000	(3.000)
(Aumento) diminuição de partes relacionadas	59.206	18.000
Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	61.000	15.000
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de capital em controladas	(61.000)	(37.000)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	(61.000)	(37.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	-	22.000
Caixa líquido (originado) aplicado nas atividades de financiamento	-	22.000
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	-	-
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	-	-
No fim do do exercício	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	-	-

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
 Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vitreo Holding Financeira S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.		
	Valores em milhares de Reais	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/21	31/12/20
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(16.590)	(24.985)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(16.590)	(24.985)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Vitreo Holding Financeira S.A. (“Empresa”) foi constituída em 06 de julho de 2020, e tem como objeto social o controle de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante a participação direta no seu capital, inclusive subsidiárias integrais.

Em 31 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações entre Banco BTG Pactual e Empiricus Research Publicações Ltda., Vitreo Holding Financeira S.A., Vitreo Holding S.A., Vitreo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., suas subsidiárias e seus respectivos acionistas (vendedores), sendo que o seu fechamento foi concretizado em 1º de dezembro de 2021, após aprovações dos órgãos reguladores, de forma que as empresas mencionadas se tornaram subsidiárias integrais do Banco BTG Pactual S.A.

A Administração tem acompanhado atentamente os impactos provenientes da pandemia ocasionada pelo Covid-19 na economia mundial, e em especial, no mercado brasileiro. Dentro deste contexto, considerando os riscos e incertezas aos quais a empresa e suas subsidiárias estão expostas, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar suas atividades, e, todavia, nas circunstâncias, não foram observados eventuais impactos nas suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2022.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, e a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa.

5 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, considerado como três meses ou menos, a partir da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios dentro do qual são mantidos e nas suas características de fluxo de caixa contratual, nas seguintes categorias:

(i) Custo Amortizado: quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

(ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

(iii) Valor Justo por meio do Resultado: para os ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

c. Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados

no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Empresa maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40, Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos seus ativos.

A Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”) é reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

A administração avalia periodicamente potenciais evidências de “*impairment*”, e no período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas situações que se enquadrem nos normativos relacionados.

e. Investimentos

Participações em controladas e em coligadas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

f. Imobilizado de uso e intangível

São apresentados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g. Provisões e contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Apuração de resultado

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

j. Impostos de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), são calculadas com base no lucro real, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

6 Gerenciamento de riscos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Empresa.

- (a) Risco Operacional é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional.
- (b) Risco de Mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações e do prazo. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- (c) Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

- (d) Risco de liquidez é o risco de que a Empresa terá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

7 Investimentos

7.1 Composição dos investimentos

Movimentação dos Investimentos

	Vitreo DTVM
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.015
Aumento de Capital	61.000
Resultado de equivalência patrimonial	(15.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.631
Participação em 31 de dezembro de 2021	100%

7.2 Informações sobre subsidiárias

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Vitreo DTVM
	Controlada
Participação	100,00%
Ativo	213.334
Passivo	155.703
Patrimônio líquido	57.631
Prejuízo líquido do exercício	(15.384)

8 Outras Obrigações

8.1 Transações com partes relacionadas

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa teve posição com a parte relacionada conforme demonstrado:

	2021	2020
	Ativo/ (Passivo)	Ativo/ (Passivo)
Devedores Diversos País (a)		
Vitreo Gestão de Recursos Ltda	-	3.000
Valores a pagar a sociedade ligada		
Vitreo DTVM S.A	(60)	-
Contrato de Mutuo		
Vitreo Gestão de Recursos Ltda	(77.146)	(18.000)
Total	(77.206)	(15.000)

(a) Refere-se em 31 de dezembro de 2020, a valores a receber do contrato de mútuo firmado com a Vitreo Gestão de Recursos Ltda, que foi realizado em janeiro de 2021

9 Despesas tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
IOF sobre Mútuo	(1.146)	-
Outros	(10)	-
Total	(1.156)	-

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 22.000 dividido em 22.000.400 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

10.2 Dividendos

Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação de seus acionistas, depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável.

A Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram distribuídos lucros por apresentar saldo de prejuízos no exercício.

11 Outros assuntos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não mantinha posição em operações com instrumentos financeiros derivativos.

Não há eventos subsequentes após o encerramento do exercício de 2021.

* * *

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC-1SP 110330/O-6